ISSN 1518-1227 Nos 15-16 JANEIRO-JUNHO – 2004

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

Depois do Império – a decomposição do sistema americano[1]

Maurício Santoro[2]

O demógrafo e historiador francês Emmanuel Todd se notabilizou em 1976, ao prever o fim da União Soviética. Agora, ele volta ao ataque, ao afirmar que a outra superpotência também se encontra em declínio: o déficit comercial, o isolamento político e as fissuras na Aliança Atlântica, que busca parceria com a Rússia, empurram os Estados Unidos para a perda de sua hegemonia global. Muitas de suas idéias soam familiares. Afinal, na década de 70, ganharam força as teorias declinistas, que consideravam os EUA como uma potência em decadência, na esteira da derrota no Vietnã, da crise econômica e do atoleiro moral do caso Watergate. São exemplos desse pensamento trabalhos importantes como os de Immanuel Wallerstein e Paul Kennedy. A história mostrou que essas abordagens estavam erradas: havia um império em queda livre, mas era o soviético. Portanto, o que faria com que Todd retomasse teses declinistas? Mera expressão de um nacionalismo francês ressentido com a rápida vitória militar de Bush no Iraque?

Todd mostra-se incomodado com a onda neoconservadora nos Estados Unidos, o que fica claro com suas tiradas sarcásticas contra os ideólogos da nova ordem. Fukuyama, por exemplo, teria apresentado com seu pensamento sobre o fim da História "um Hegel amaciado pelos estúdios Disney" no qual a marcha do espírito da humanidade se resume à aceitação do *American Way of Life*, p.19. Ao mesmo tempo, enquanto a democracia se espalha pelo mundo subdesenvolvido, ela se enfraquece nos Estados Unidos, com a ascensão de uma direita radical que manifesta "preferência pela desigualdade", ao abandonar os cânones do Estado de Bem-Estar Social, p.139.

O autor analisa o declínio americano como tendo componentes econômicos e políticos. O primeiro está expresso no gigantesco déficit comercial dos EUA, "que é impressionante porque abarca todos os países importantes do mundo", p.81. A sua conclusão é que a América "(...) não é mais essencial para o mundo por sua produção, mas por seu consumo, numa situação de insuficiência da demanda global, fenômeno estrutural criado pelo livre comércio", p.87.

Destrinçando o argumento, os Estados Unidos perdem competitividade no mercado internacional, tornando-se cada vez mais uma nação de consumidores, com uma função keynesiana de "estimular a demanda nos momentos de depressão", p.90. Naturalmente, é preciso fechar o balanço de pagamentos, o que é feito graças ao extraordinário fluxo financeiro de capitais que entram no país.

Todd chama esse fluxo de "tributo imperial", que depende "(...) da boa vontade das classes dirigentes da periferia dominada, especialmente européia e japonesa", p.148. Aqui, as teses do autor parecem vacilar. Por que tributo, se os empresários que investem nos Estados Unidos agem voluntariamente, ao serem atraídos pela estabilidade e perspectivas de lucros certos?

Mas a sua análise não se limita aos fatores econômicos. Politicamente, observa os EUA se isolando de maneira crescente dos aliados europeus, que, por seu turno, vêem na Rússia "um contrapeso à influência americana no plano militar e da segurança de seu abastecimento enérgico. A troca é tentadora", p.174.

---

[1] TODD, Emmanuel. *Depois do Império – a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003, 240 p. ISBN: 85 010 6668 0

[2] Mestre e doutorando em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

Embora reconheça uma tensão na União Européia – EU – entre integrar-se ao sistema americano ou emancipar-se dele, Todd crê que a segunda opção irá prevalecer, à medida que se fortalecerem instituições supranacionais, em especial a moeda única. A entrada de países de grande importância estratégica na zona do euro – Turquia, Polônia, Reino Unido – seria um marco importante desse processo.

Outro ponto de destaque é o afastamento cada vez maior da França e da Alemanha – o núcleo duro da Europa – das políticas americanas, como mostram os conflitos diplomáticos durante a Guerra do Iraque. Tudo isso é verdade, mas será que justificaria uma aliança com Moscou? Afinal, uma Rússia que retome seu desenvolvimento fatalmente iria tentar influenciar os países da Europa Oriental, que, não por acaso, correm para serem incorporados à UE e à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.

Mesmo os críticos mais duros dos Estados Unidos se impressionam com o seu poder militar. Após a queda da União Soviética, o mundo seria unipolar, ao menos no que toca à capacidade bélica. Mas nem com isso Todd está de acordo. Ele despreza as vitórias americanas no Iraque, Kôsovo e Afeganistão como "micromilitarismo teatral".

De acordo com esse conceito, os EUA procuram inimigos fracos, que não ofereçam possibilidade real de resistência, apenas para demonstrar uma força que, no fundo, é bem menor do que aparenta. Tais guerras também alimentam o mito de Washington como o policial de um mundo turbulento: "Esses conflitos que oferecem risco militar zero aos Estados Unidos permitem-lhe estar 'presentes ' em todas as partes do mundo. Eles sustentam a ilusão de um planeta instável e perigoso, que precisaria deles para sua proteção", p.158-9.

É evidente que, diante dessa perspectiva, os acontecimentos posteriores ao 11 de setembro de 2001 são interpretados pelo autor como um esforço desesperado dos Estados Unidos em se mostrar como poderosos e necessários à estabilidade mundial. A sua conclusão é um brado de guerra que poderia ser o de Asterix e seus gauleses diante de César: "Deixemos que a América atual esgote se quiser o que lhe resta da energia em sua 'luta contra o terrorismo', ersatz da luta pela manutenção de uma hegemonia que já não existe. Se ela insistir em querer demonstrar seu poderio absoluto, só conseguirá revelar ao mundo sua impotência", p.237.

Num balanço geral, é um livro contra a corrente, cheio de frases de efeito e questões polêmicas – há, por exemplo, uma excêntrica teoria de que a forma da família tem uma influência decisiva na política externa. Em muitos momentos, o desejo do autor de ver perder os EUA sua posição de prestígio afeta negativamente sua análise – quando afirma que o exército americano é fraco estrategicamente e medíocre no campo de batalha, sustentando-se pela quantidade superior de recursos. Ora, isso é esquecer generais brilhantes como Patton e MacArthur e o uso criativo e letal das novas tecnologias, como demonstrado no Iraque e Kôsovo.

Ainda assim, a sua leitura é recomendada, porque, em meio a tantas certezas sobre o triunfo americano, uma voz discordante faz-se necessária para estimular a reflexão e a contestação dos lugares-comuns.

Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order[1]

João A. C. Vargas[2]

Robert Kagan é uma voz bastante conhecida pelos que se interessam pela política externa norte-americana, tendo sido funcionário do Departamento de Estado durante o governo Reagan, sendo hoje membro do Council on Foreign Relations. É também co-fundador do Project for the New American Century, um dos principais *think tanks* neoconservadores. A influência da qual os neoconservadores têm desfrutado no governo Bush faz com que as reflexões de Kagan sejam particularmente relevantes para compreender o momento atual da atuação internacional dos Estados Unidos - EUA.

A presente obra é uma versão ampliada do ensaio *Power and Weakness*, publicado em *Policy Review* em 2002. O tema central do livro é que os EUA e a Europa estão vivendo realidades essencialmente diferentes: enquanto a Europa construiu um "paraíso pós-moderno" baseado numa visão kantiana do mundo, os EUA ainda se vêem diante da anarquia hobbesiana de um mundo cheio de ameaças. Essa relação não é vista como sendo uma anomalia temporária, mas como o resultado lógico da trajetória histórica dos dois lados, especialmente nos últimos 60 anos.

Segundo o autor, a concepção européia contemporânea das relações internacionais é dedicada ao fortalecimento do direito e das instituições internacionais e, assim, comprometida com o multilateralismo. Esta visão evoluiu por duas causas: poder e ideologia. Por um lado, à medida que deixou de concentrar o poder militar mundial, a Europa naturalmente passou a apoiar mais as instituições destinadas a mitigar a anarquia que ela não era mais capaz de manejar pela força; por outro, a criação da União Européia – UE-, uma instituição fundamentalmente idealista e jurídica, levou-a a uma fase "pós-histórica", na qual o poder militar foi rejeitado em favor da negociação e diplomacia.

Mas a construção desta Europa só foi possível devido ao contexto da Guerra Fria, que fez com que os EUA passassem a garantir a sua segurança, após a devastação da II Guerra Mundial. Isto não só impediu o ressurgimento de uma Alemanha poderosa e ameaçadora, como também, ao tirar as armas das mãos dos europeus, facilitou a criação de uma entidade supranacional, visto que a defesa dos Estados que a constituíram estaria fora de sua alçada.

Os EUA, por sua vez, tiveram uma situação bastante diferente. Durante a Guerra Fria, desenvolveram um poderio bélico muito superior ao europeu, porém concederam-lhe uma influência maior do que seu poder, devido ao interesse americano de manter a unidade do "Ocidente" diante da ameaça soviética. Porém, com o fim da bipolaridade, os EUA não estavam mais dispostos a arcar com os custos da aliança na base anterior, enquanto a Europa passou a se preocupar quase exclusivamente consigo, ao concentrar-se na formação da UE.

De acordo com o autor, a discrepância de poder entre a Europa e os EUA fez com que aquela deixasse de perceber como ameaças as situações com as quais não tinha capacidade de lidar, ao centrar suas atenções em problemas que poderiam ser solucionados através de meios pacíficos e ao desenvolver sua capacidade econômica em detrimento de sua capacidade bélica.

Os EUA, por sua vez, mantiveram um orçamento militar formidável, destinado a lidar com ameaças por todo o globo, onde somente eles têm a capacidade de projetar o seu poder. No entanto, essa capacidade de projeção faz dos

---

[1] KAGAN, Robert. *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*. New York: Alfred A. Knopf, 2003, 103p. ISBN: 1 4000 4093 0

[2] Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB.

EUA um alvo muito mais visado que a Europa pelos que desejam desafiar o *status quo*.

É assim, portanto, que o autor traça o mapa da relação transatlântica atual. A UE não tem nem poder, nem vontade de lidar com as ameaças internacionais à segurança. Ela busca tornar universal o seu modelo de relações entre Estados, baseado em negociação e cooperação. Todavia, ela vê esse modelo ameaçado pelo exercício unilateral de poder dos EUA. Por outro lado, é a própria atuação americana que garante à Europa a possibilidade de praticar essa "modalidade kantiana" das relações internacionais, como foi demonstrado pela guerra de Kôsovo, um conflito europeu que exigiu auxílio americano para ser solucionado.

Os EUA, no pós-Guerra Fria, se vêem possibilitados de agir sozinhos para garantir a ordem do sistema internacional, caso seja necessário. Isso não constitui, segundo Kagan, uma nova fase nas relações internacionais do país, mas uma continuidade da expansão de seus interesses e influência que o país promove há gerações. Para ele, o isolacionismo americano é um "mito", ao alegar que a junção dos interesses nacionais à antiga noção de "excepcionalismo" configura um modelo de internacionalismo do país vigente até hoje.

O autor não acredita que irão desaparecer as diferenças entre a Europa e os EUA. Porém, ele acha importante que essas diferenças sejam reconhecidas e não dêem margem a um maior afastamento entre ambos. Assim, advoga uma diplomacia menos hostil, ainda que afirmativa, por parte dos EUA, e o aumento da força militar da Europa, para que possa vir a ser uma verdadeira parceira estratégica dos americanos.

Com base nas diferenças de poder e na situação demográfica entre os EUA e a Europa, Kagan afirma que se está apenas no início de um longo período de hegemonia americana. Porém, após concentrar-se durante todo o livro no relacionamento entre os EUA e a Europa, parece mal-considerada a profecia de duradoura hegemonia em três aspectos. Primeiro, ignora-se a possibilidade de novos atores emergentes, como a China, serem rivais para os EUA. Não se considera, também, a influência de que uma potência, como Rússia ou China, pode ter na Europa, ao reaproximar-se dos EUA por questões estratégicas ou estimular um maior desenvolvimento militar europeu.

Finalmente, as afirmações do autor sobre a tolerância do povo americano para as aspirações internacionais de seu país parecem ser, no mínimo, discutíveis: o déficit orçamentário, os cortes de impostos e as preocupações cada vez maiores com o desemprego que se têm percebido nos últimos anos levantam sérias dúvidas sobre a capacidade de o governo manter gastos militares elevados, de modo que garanta a força avassaladora necessária para uma hegemonia.

A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos[1]

Rogério de Souza Farias[2]

Em um sistema internacional caracterizado pelas assimetrias de poder, uma das dimensões mais importantes de estudo e análise de um país periférico como o Brasil é, sem sombra de dúvida, o ajuste de seu relacionamento com as potências hegemônicas. O livro de Burns, dessa forma, se inscreveria positivamente nesse quadro não só por se tratar das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, mas também por ter como marco temporal um período de especial relevância para os dois países.

Pelos Estados Unidos, o Presidente Theodore Roosevelt assumiria abertamente a condição americana de maior poder do mundo e inauguraria um período caracterizado por mais de trinta intervenções militares na América Latina até 1934[3]. Já na perspectiva brasileira, inaugurar-se-ia a modernização e atualização da política externa brasileira pela incomparável administração do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty.

Burns destaca que um dos aspectos fundamentais da diplomacia do Barão foi a realização da mudança do eixo da diplomacia brasileira da Europa para os Estados Unidos, justificada pela própria mudança dos fluxos econômicos do país. Assim, essa modificação facilitaria a realização pragmática dos grandes desígnios traçados pelo Barão: "A restauração do prestígio do Brasil no exterior, a liderança brasileira na América do Sul e a definição de todas as fronteiras do país" [4].

Um capítulo marcante da história bilateral que se inscreveria no marco histórico de Burns seria a 'atualização' da Doutrina Monroe[5] e a emergência do pan-americanismo. Interessante notar como, de acordo com o autor, a interpretação brasileira da Doutrina coadunava-se com o chamado 'Corolário Roosevelt'[6], dando caráter multilateral à defesa da independência dos países do hemisfério. Salienta-se que o Barão talvez nutrisse a auto-imagem de um Brasil estável e grande, vizinho de repúblicas pequenas e turbulentas, que necessitariam de intervenções estabilizadoras análogas às americanas no Caribe.

O trabalho de Burns é paradigmático na disciplina de relações internacionais pela singularidade de sua construção conceitual polêmica que traduziria o próprio debate acadêmico no Brasil sobre o relacionamento do país com a potência hemisférica.

Para ele, o período em questão seria relevante no relacionamento bilateral, à medida que significaria a construção de uma "aliança não escrita". Para dar suporte à tese, ele elenca diversos fatores que teriam tido influência na percepção da necessidade de tal vínculo tanto por parte do Brasil quanto dos Estados Unidos – inclusive o fato de ambos serem exceções mundo hispano-americano. Outros fatos que dariam insumo à assertiva de Burns seriam os discursos e a retórica do titular do Departamento de Estado norte-americano, Elihu Root, que animava a diplomacia brasileira com a "possibilidade de uma aliança informal" [7].

---

[1] BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 2003, 272p. ISBN: 85 87933 07 8.

[2] Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB – e editor-assistente da Relnet.

[3] PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003, p.80-7.

[4] BURNS, op. cit.,p.55.

[5] Derivada do discurso do Presidente James Monroe que, em 3 de dezembro de 1823, recomendou aos europeus que se afastassem dos assuntos internos do continente americano.

[6] Idem, p.185-97. Em mensagem ao Congresso no dia 2 de dezembro de 1904, o Presidente Roosevelt entendeu que a possibilidade de intervenção européia no continente demandaria a necessidade de uma ação preventiva de seu país.

No entanto, a sua análise, que induz a articular a idéia de uma "aliança não escrita" entre os dois países, carece de uma profundidade maior no que se refere tanto às características da política externa americana bem como as relativas ao período em estudo. Ao debruçar-se sobre o mesmo período, Clodoaldo Bueno, por exemplo, vai transfigurar como a política imperialista das grandes potências afetaria o cálculo estratégico brasileiro – principalmente na aceitação do caráter defensivo da Doutrina Monroe.

Além disso, recente trabalho do autor[8] lança luz em uma clara deficiência da tese da "aliança não escrita", que seria o fato de os norte-americanos moverem-se mais por interesses materiais que preocupações com alianças ou outras 'aspirações brasileiras'[9]. O conceito, portanto, seria muito mais parte de um acervo retórico do relacionamento bilateral e de um certo *wishful thinking* unilateral da diplomacia brasileira do que propriamente um dado da realidade. O próprio trabalho de Burns dá indicativos da plausibilidade dessas críticas ao afirmar que, após Root retornar do Brasil em 1906, ele "não voltou a falar no assunto" [10] desse arranjo. Anteriormente, na Conferência de Haia de 1904, a posição das duas delegações, em vários temas de importância, era inconciliável, de forma que os Estados Unidos recomendaram ao Brasil ceder às exigências européias[11].

Talvez o que tenha levado Burns a superestimar a idéia de uma "aliança não escrita" tenha sido a própria falta de uma maior documentação da diplomacia americana ao tempo de Rio Branco – que estava indisponível por muito tempo para os pesquisadores. Esses documentos apontariam que a idéia de uma total e ilimitada predominância norte americana na América do Sul deveria ser flexibilizada pela idéia de um certo 'condomínio das grandes potências', no entanto, a ser liderado e coordenado pelos Estados Unidos. Um exemplo relevante vem de correspondências de Roosevelt, em que afirma que os Estados Unidos, conjuntamente com a Alemanha, deveriam ter um relacionamento estreito não só em relação a países como China, mas na própria América do Sul[12]. Dessa forma, se existisse uma aliança não escrita entre os dois países, seria no mínimo estranha a desenvoltura na qual o Presidente americano tratava desse assunto.

Por fim, o autor também deixa um interessante legado à diplomacia brasileira de forma específica e às elites brasileiras de forma geral, porque, ao avançar a tese da "aliança não escrita", acaba introduzindo uma nova perspectiva pela qual esses agentes analisam o sistema internacional e, principalmente, a dimensão normativa da política externa brasileira, em decorrência da explanação relativa aos benefícios hipotéticos advindos da "aliança não escrita"[13].

O fatalismo de tal posição e de todo o debate que engendram as teses de Burns, portanto, só fazem reforçar a necessidade de se ter a aliança não escrita sempre em perspectiva de toda a análise das relações internacionais do Brasil tanto no passado, como nas perspectivas futuras.

---

7 Ibidem, p.207.

8 BUENO, Clodoaldo.*Política Externa da Primeira República: Os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

9 BUENO, op. cit., p.164.

10 BURNS, op. cit., p.207.

11 Idem, p.156.

12 BLAKE, Nelson Manfred. Ambassadors at the Court of Theodore Roosevelt. *The Mississippi Valley Historical Review*, Lincoln, v.42, n.2, p.179-206, sep 1955. Na mesma página em que é citado um desses telegramas (p.287), é relevado também o projetado bloqueio anglo-germano-italiano da Venezuela que havia recebido, preliminarmente, a aprovação de Roosevelt.

13 Um exemplo nesse sentido seria o ex-diplomata e ex-Ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira que assimila de tal forma o conceito que o qualifica como um "paradigma de realidade", ao assinalar, em tom de total e incontrastável voluntarismo, que historicamente "não havia outras alternativas para o Brasil". MOREIRA, Marcílio Marques.*Diplomacia, política e finanças, entrevista à Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.363

Conclave: a política, as personalidades e o processo da próxima eleição papal[1]

Virgílio Caixeta Arraes[2]

Apesar de o Brasil ser oficialmente o maior país católico do mundo, não há muitas publicações a respeito da história ou, notadamente, do funcionamento da Igreja, principalmente se comparadas com o número de títulos dedicados à teologia. Nesse sentido, o presente livro contribui para diminuir a crônica escassez editorial, particularmente, em virtude de seu objeto: o processo da escolha do sumo pontífice da religião de maior número de seguidores no Ocidente.

A despeito de o Papa João Paulo II ter completado mais de um quarto de século à testa da Igreja, tornando-se, assim, o terceiro mais longo mandatário, seu estado de saúde inspira cuidado, tanto em função de sua idade – mais de 80 anos – como de inúmeros percalços físicos que sofreu ao longo da vida – especialmente, a tentativa de assassínio há pouco mais de vinte anos.

Destarte, o autor, correspondente do National Catholic Reporter e da rede televisiva Fox, oferta um guia para o leigo não necessariamente católico. Primeiramente, lança-se à tarefa de descrever as inúmeras funções de um papa, que vão do espiritual ao secular. Naturalmente, a sua importância não decorre de seu poder temporal, visto ser chefe do menor Estado do mundo – estabelecido em 1929 como sucedâneo dos Estados Papais, que haviam sido extintos em 1870 com a criação do reino da Itália e com a conseqüente transformação de Roma na nova capital. Para o autor, a mudança teria efeitos positivos, porque:

> "Na melhor das hipóteses, o papa não aparece mais como monarca que cuida de seus próprios interesses, mas como voz da consciência do mundo. Além disso, um papa supranacional pode, pelo menos em teoria, contar com o apoio de centenas de milhões de católicos do mundo todo, o que lhe dá uma capacidade de mobilizar a opinião pública que nenhum governo jamais ousaria ignorar"[3].

Apesar do declínio relativo da ascendência dos preceitos morais emanados da Santa Sé, seria inegável a sua influência política, principalmente no mais longo conflito que houve entre duas superpotências na segunda metade do século XX: a Guerra Fria, em que tanto no seu início, com Pio XII, como no fim, com João Paulo II, o apoio papal foi de grande importância para a vitória dos Estados Unidos, que, por seu turno, retribuiriam com o estabelecimento de relações diplomáticas formais em 1984 durante a gestão Reagan.

Assim, em virtude da força religiosa e cultural, o posicionamento da Santa Sé e das suas conferências nacionais, como a norte-americana e brasileira, por exemplo, reverberam não apenas no mundo católico, mas chegam a influenciar bastante o restante de suas sociedades, como destaca Allen, p.59.

Outrossim, a postura adotada por parte de seus integrantes - quer leigos, quer sacerdotes –, mesmo que não referendada oficialmente, pode gozar de crédito em amplos movimentos sociais, como foi o caso da teologia da libertação durante a vigência das ditaduras latino-americanas nas décadas de 60 a 80, o que obrigaria inclusive o

---

1 ALLEN, Jr. John. *Conclave: a política, as personalidades e o processo da próxima eleição papal*. Rio de Janeiro: Record, 2002, 255p. ISBN: 85 01 06640 0.

2 Doutorando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB - e professor colaborador do Instituto de Relações Internacionais da mesma instituição.

3 ALLEN, Jr. Op. cit., p.23.

papado, na fase final da Guerra Fria, a intervir para diminuir seu grau de atuação e, conseqüentemente, prestígio.

Por isto, a sociedade civil, principalmente no mundo latino, aguarda o ponto de vista do Vaticano sobre ecumenismo e diálogo inter-religioso – estimulados a partir do II Concílio Vaticano, em meados dos anos 60 – e o papel das mulheres e dos fiéis em geral no dia-a-dia da Igreja, bem como temas sensíveis ao cotidiano dos seus adeptos que são relativos à bioética – pesquisas de células-troncos e clonagem –, sexualidade – união entre pessoas do mesmo sexo - e família – planejamento familiar e a questão do aborto.

Por ser exatamente pouco freqüente, dado que a Santa Sé é uma monarquia eletiva, em que seu mandatário aufere a vitaliciedade, o processo de definição do sucessor papal atrai grande atenção de boa parte do mundo. Allen, então, arrola as fases do mais exclusivo colégio eleitoral do globo, do qual participam apenas os cardeais, que, no entanto, só votam se estiverem abaixo dos 80 anos.

Entretanto, o próximo pleito contará com uma singularidade, porquanto o regimento do sufrágio estabelecido em 1996 por João Paulo II determina o limite de cento e vinte cardeais votantes, mas atualmente a Santa Sé conta com cento e vinte e quatro aptos de um total de cento e noventa vivos. É um ponto que despertará certamente polêmica e poderia, em tese, até suspender o processo.

Por fim, o autor classifica de modo informal o colégio cardinalício, ao criar 'partidos' que expressam as diferentes visões de mundo dos cardeais, como o da Reforma – mais progressista – ou da Patrulha da Fronteira – de tom conservador. A partir da identificação 'partidária', Allen enumera os papáveis, incluindo o Cardeal de São Paulo, dom Cláudio Hummes, destacando, todavia, a dificuldade de previsão, uma vez que, no último pleito, por exemplo, não se esperava a escolha de um papa polonês, que encerraria uma lista de mais de quatro séculos e meio de sumos pontífices italianos.

O que é Via Mundi

O Boletim *Via Mundi* é uma publicação digital de periodicidade trimestral editada pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (iREL-UnB) e veiculada exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

*International Law and the Use of Force – Beyond the UN Charter Paradigm**

Priscilla Brito Silva Vieira**

Arend, professor da Universidade de Georgetown, foi membro do *Center for National Security Law* da Faculdade de Direto da Universidade da Virgínia. Suas áreas de pesquisa são direito internacional, organizações internacionais e relações internacionais dos Estados Unidos. Seu principal interesse reside na relação entre o direito internacional, o uso da força e a filosofia legal internacional. É autor de vários livros e edita o periódico de direito internacional de sua universidade.

Por seu turno, Beck é atualmente professor de Ciência Política da Universidade de Wisconsin, tendo anteriormente lecionado nas universidades da Virgínia e de Minnesota. Suas áreas de pesquisa – direito internacional, relações internacionais e política externa dos Estados Unidos – já lhe renderam a publicação de alguns livros também.

A presente obra analisa o recurso à força por meio de perspectiva legal, buscando explorar a mudança do paradigma da Carta das Nações Unidas em face do desenvolvimento da sociedade internacional desde 1945. Tal paradigma é delineado por três parâmetros: a obrigação legal representada pelo artigo 2(4) da Carta que desautoriza o recurso à força; as instituições internacionais estabelecidas pelo Capítulo VII, que são responsáveis por aplicar a obrigação legal; e a hierarquia de valores que forma a base filosófica da obrigação legal e que visa antes a paz e segurança que a justiça.

Para desenvolver essa tese, os autores incursionam por várias áreas a partir da elaboração de um breve histórico sobre o desenvolvimento das normas relacionadas ao uso da força já no período Clássico. Mais adiante, o paradigma onusiano é explorado, ao levantarem-se os artigos da Carta relacionados aos problemas que desafiam a sua efetividade, ao uso da força e às alternativas buscadas pelos Estados para lidar com o conflito internacional.

A legítima defesa antecipada, a intervenção em conflitos civis e mistos, a intervenção para proteger nacionais, a intervenção humanitária e a resposta ao terrorismo são desenvolvidos, cada um, em partes separadas. Os autores buscam responder se estas práticas justificam o recurso à força e se são legais diante do aparato legal existente no sistema internacional contemporâneo.

Por fim, apresentam suas considerações acerca da mudança dos paradigmas que desafiaram a validade do da Carta das Nações Unidas. Uma das conclusões a que chegam Arend e Beck é de que a estrutura da Carta em relação à segurança coletiva é limitada. O artigo 2(4) estaria morto, porque as instituições internacionais falharam em deter ou combater a agressão. A necessidade de se fazer justiça, com o uso da força, é maior que o desejo pela paz.

O método utilizado de “perguntas e respostas” torna a leitura fácil e dinâmica. Dentro de cada capítulo, um problema é inicialmente apresentado, seguindo sua definição e a análise de sua natureza, o *status* legal, a prática dos Estados e o esforço para sua legalização. O livro desafia as concepções tradicionais sobre o tema, principalmente em relação ao papel das Nações Unidas e de seu arcabouço legal, representado pela Carta e pelas resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança, sendo indicado para estudiosos de relações internacionais.

Apesar de já ter decorrido mais de uma década de seu lançamento, a abordagem da obra continua atual, em face da continuidade dos problemas operacionais da principal organização internacional e de seu ordenamento jurídico.

* AREND, Anthony Clark, BECK, Robert J. *International Law and the Use of Force – Beyond the UN Charter Paradigm.* London; New York: Routledge, 1993, 272p. ISBN: 0 415 09303 1.

** Bacharelanda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

Tratados de extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro[1]

Carlos Augusto Rollemberg de Resende[2]

Acquarone é experimente diplomata, com serviços prestados nas representações brasileiras na Alemanha e Argentina. Além disso, integrou as delegações que negociaram em Paris e em Londres os respectivos tratados bilaterais de extradição. Atualmente, é o Representante Alterno do Brasil na Organização para Proibição de Armas Químicas – OPAQ –, com sede em Haia, Holanda.

O presente livro é fruto de tese apresentada no XXI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1999, em cuja banca examinadora esteve presente o ex-Ministro das Relações Exteriores, professor Celso Lafer. O seu objetivo é o de examinar a evolução do instituto da extradição nos âmbitos internacional e nacional e a sua atualidade nas relações internacionais do Brasil.

Duas características destacam-se na obra, tornando-a leitura obrigatória para os interessados na área: a primeira é a pequena quantidade de estudos publicados sobre o assunto, em especial sobre política exterior brasileira e extradição; a segunda é a riqueza de pormenores que compõem a obra, tanto quanto aos tratados firmados pelo Brasil, bem como, principalmente, quanto às negociações em que as delegações brasileiras se envolveram. Por exemplo, há um estudo de caso sobre o Tratado entre Brasil e Estados Unidos da América e discorre-se sobre a negociação entre o governo brasileiro e o britânico para a extradição de Paulo César Farias.

Os textos de todos os tratados de extradição nos quais o Brasil foi parte até 1999 estão na íntegra, anexados ao final da obra, que se torna obra de consulta também. Neles, são tecidas considerações sobre alguns artigos desses tratados, realçando-se semelhanças e singularidades. Acquarone atenta para a evolução do relacionamento bilateral brasileiro de extradição, ao mesmo tempo em que expõe minuciosamente a evolução internacional da matéria de extradição. Demonstra-se, então, o impacto desta evolução naquela.

A obra tem êxito em seu objetivo proposto, ao apresentar um exame conciso e detalhado da evolução do instituto de extradição nos âmbitos internacional e nacional e ao posicionar-se quanto à forma pela qual o país deve guiar-se na matéria. Acquarone afirma a competência brasileira no trato bilateral da questão, lembrando a improbabilidade de se vislumbrar um tratado multilateral de extradição no futuro breve.

— ❊ —

[1] ACQUARONE, Appio Claudio. *Tratados de extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro.* Brasília: FUNAG, 2003, 409p. ISBN: 85 87480 24 3

[2] Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB – e editor-assistente do Relnet.

Coletânea de Direito Internacional[1]

Diego Folly de Andrade[2]

O contínuo adensamento das relações entre os Estados e os demais atores com a conseqüente interdependência entre si nas diversas esferas de ação do sistema internacional tem provocado a multiplicação de normas para a regulação e criação de diversos regimes.

Uma das demandas do fenômeno de *mondialisation* do sistema internacional é por uma melhor regulação. Kant, já em *Doctrine du droit* et *Projet de paix perpétuelle*, dava contribuições neste sentido, ao advogar que a sociedade internacional deveria ser calcada nas relações jurídicas entre os Estados, que proporcionariam maior estabilidade ao sistema e garantiriam um ambiente de maior cooperação. O sistema jamais poderia ser eregido segundo o princípio das relações de poder entre os Estados, uma vez que são assimétricas, pois a dinâmica de tais tipos de relações poderia desembocar em rivalidades ou, em última instância, em uma guerra entre.

O sistema internacional possui áreas cinzentas e fluidas – espaços formados a partir da intersecção de regimes diversos. Ele molda-se de maneira interdependente e dinâmica e ganha cada vez mais mecanismos jurídicos anteriormente impensáveis frente ao domínio reservado dos Estados (sobernia irrestrita). Presencia-se, contemporaneamente, a discussão do conceito de relativização da soberania estatal, i.e, uma delegação de competências - volitiva – por parte dos Estados a outros regimes, bem como se admite a emergência de novos sujeitos de direito internacional, diferentes dos Estados nacionais. O direito internacional, que antes era dirigido apenas aos Estados e às organizações internacionais, passa a ser revisto consoante maior observância das normas internacionais.

Neste sentido, a obra organizada Mazzuoli torna-se de grande importância para os estudiosos deste espaço mundial em construção, notadamente para os estudantes de relações internacionais e de direito, uma vez que traz uma coletânea dos principais tratados celebrados pelo Brasil em diferentes áreas temáticas, a saber: a das organizações internacionais, a do desarmamento e segurança coletiva, a das relações diplomáticas e consulares, a do direito dos tratados, a dos espaços marítimos, a do espaço aéreo e cósmico, a das zonas polares, a da proteção internacional dos direitos humanos, a do comércio internacional, a do direito internacional ambiental, a do direito internacional penal, a da nacionalidade e cidadania, a do MERCOSUL, a do direito internacional do trabalho e a do direito internacional privado.

O fato de ser uma coletânea em português facilita o trabalho do estudioso da área, além de contribuir por uma maior disseminação dessas normas para a sociedade civil. A compilação diminui enormemente as barreiras e as dificuldades que os pesquisadores encontram ao proceder à busca de tais documentos.

A registrar futuramente, poder-se-iam incluir os principais tratados que constituem a amálgama jurídica da União Européia –UE -, pois apesar de ser uma organização da qual o Brasil não faz parte, suas normas são de grande relevância para o recente direito comunitário, que se acredita ser uma seara de bastante interesse aos que se dedicam ao direito internacional de integração.

---

[1] MAZZUOLI, Valério de Oliveira, org. *Coletânea de Direito Internacional*. 2ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, 895p. ISBN: 85 203 2534 3

[2] Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB

Refugiados: realidades e perspectivas*

Bruna Vieira de Paula**

Embora a migração forçada não seja um fenômeno novo, a situação atual dos refugiados desafia como nunca as estruturas de governança global. De fato, desde o fim da Guerra Fria, os movimentos de libertação nacional, o separatismo étnico, o reaparecimento de certas formas de nacionalismo, a maior incidência de conflitos armados internos, assim como a pobreza e a miséria, contribuíram para uma situação de instabilidade em que violações de direitos humanos encontram campo fértil, ao gerar grandes influxos de pessoas.

Nesse sentido, o livro organizado pela diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos[1] trata do assunto de forma simples e clara, ao abordar tanto a situação presente dos refugiados no mundo, bem como a evolução histórica do tema e as suas perspectivas futuras. Uma característica que se destaca é a abordagem moderna do problema, que vai ao encontro do pensamento de Cançado Trindade[2], ao apresentar, em praticamente todos os artigos, a convergência e a complementaridade entre as três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana. Dessa forma, para uma eficaz proteção do refugiado é necessário que se assegure também o respeito aos direitos humanos e ao direito humanitário.

Dentre os diversos aspectos abordados, sobressaem o artigo de Jaime Ruiz de Santiago, que é de um dos mais completos sobre o tema. De fato, ele apresenta claramente um olhar mais amplo às várias dimensões da migração, como enfatizou ser necessário o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas – ONU- em seu relatório de 2002 intitulado *Strengthening of the United Nations: an agenda for further change.* Desse modo, o autor afirma que as causas das migrações forçadas são não apenas guerras e perseguições políticas, raciais, religiosas ou de nacionalidade, mas também pobreza ou mesmo desastres naturais. Nesse sentido, ele analisa de forma relacionada os influxos forçados de deslocados internos e refugiados, assim como os de migrantes econômicos.

Outro aspecto de destaque, exposto pelos autores como Sprandel, Milesi, Santos, Cândido Neto e Zerbini, é a proteção do refugiado no Brasil, assunto sobre o qual há pouquíssimos estudos e textos. O livro apresenta um histórico do refúgio no Brasil, desde 1948, quando foi formada a parceria Brasil-Organização Internacional para Refugiados – OIR –[3], até 1997, quando foi aprovada a legislação brasileira sobre refúgio, que consiste em uma das leis mais modernas do mundo, ao possuir, entre outros aspectos, um conceito de refugiado mais amplo que o presente na Convenção de 1951. Durante todo esse processo, tem sido essencial o trabalho da ONG Cáritas Arquidiocesana, o que demonstra a grande importância da sociedade civil para a proteção dos refugiados. Também é analisado o reassentamento de refugiados no país.

Finalmente, destaca-se o artigo de Marcolini, que traz verdadeiro apanhado das idéias presentes nos artigos anteriores, ao apresentar histórico sucinto dos influxos de refugiados, assim como a evolução institucional e normativa da sua proteção. Ela afirma que, no contexto da Guerra Fria, os refugiados tinham uma

---

* MILESI, Rosita, org. *Refugiados: realidade e perspectivas*. São Paulo, Loyola/IMDH-CSEM, 2003, 230p. ISBN: 85 1502848 4.

** Bacharelanda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB.

[1] Instituto que atua em Brasília em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR - e a Cáritas Arquidiocesana para proteção dos direitos dos refugiados.

[2] TRINDADE, A. A. C., PEYTRIGNET, G., SANTIAGO, J. R. *As Três Vertentes da Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana: Direitos Humanos, Direito Humanitário, Direito dos Refugiados. Instituto Interamericano de Direitos Humanos.* San José: CICV, ACNUR, IIDH, 1996. p.29-121.

[3] Primeira agência especializada da ONU a lidar de forma integrada com todos os aspectos da questão dos refugiados.

importância política maior, especialmente os que fugiam de regimes comunistas. Contudo, com o fim do conflito, houve mudança da abordagem, o que resultou em medidas restritivas em relação à entrada de pessoas e à concessão de asilo em vários países, que alegavam motivos de segurança. Essa situação se agravaria com os atentados de 11 de setembro de 2001.

Dessa forma, o livro traz vários dos aspectos relativos à proteção internacional dos refugiados, sendo adequado para todos que queiram aprofundar-se. Mais do que isto, certamente contribuirá para maior conscientização da socidade civil sobre a importância do tema, visto que, apesar de o país ter uma das legislações mais modernas, não tem a devida consciência da questão.

Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em *Via Mundi*

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim Via Mundi devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto "Contribuição para *Via Mundi*".

Global Environmental Governance: Options and Opportunities[1]

Rafael Schleicher[2]

A concepção da sociedade moderna, ou melhor da modernidade, é pano de fundo para quase todos os impasses e dilemas das questões ambientais globais. Giddens identifica-a como sendo resultado da confluência de três fatores: a idéia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; a existência de uma economia de mercado, aliada à produção industrial; a operacionalidade de uma gama de instituições políticas, como Estado e democracia[3]. De fato, as duas primeiras características constituem o cerne do dilema ambiental a que Leis denomina de modernidade insustentável, ou seja, o impasse civilizador trazido pela modernidade é fator constitutivo do movimento e das preocupações ambientais[4].

Ao resgatar as idéias de transformação da intervenção humana e da existência de uma sociedade industrial e de mercado, revelam-se também duas outras questões, que, embora encapsuladas pelo dilema da modernidade *versus* ambientalismo, são de inestimável valor para a compreensão do caminho entre o global e o internacional – duas categorias ainda em choque na política ambiental.

Desde que o homem criou as condições materiais – Revolução Industrial, por exemplo – e espirituais[5] para modificar o meio que o cerca, dividir-se-ia a realidade em dois mundos: natural e social. O antropocentrismo é a característica que norteia a modernidade e concede ao homem o reinado sobre a Terra.

Por outro lado, a sociedade moderna traz enraizada em sua constituição a economia de mercado e a produção industrial, onde o crescimento ininterrupto e a idéia de desenvolvimento infinito são uma crença incrustada no imaginário da sociedade. Ainda que seja extremamente difícil entender a crise ambiental moderna, uma vez posta a dificuldade de se dissociarem tanto os avanços científicos e tecnológicos quanto a idéia de progresso – que esvaziam consideravelmente o ponto de partida da crise mencionada – já se demonstraram, em outras oportunidades, tanto os limites do crescimento quanto a inadequação do antropocentrismo para produção e gestação de soluções para as questões e problemas ambientais[6].

É exatamente em tal transição que se encontra a sociedade moderna: enquanto os problemas ambientais requerem uma abordagem holística, dado que dizem respeito a todos organismos que compõem a Terra, as soluções produzidas são ofuscadas pelo antropocentrismo e pela crença no progresso.

Acrescente-se a isto a terceira característica da modernidade

---

[1] ESTY, Daniel C., IVANOVA, Maria H., orgs. *Global Environmental Governance: Options and Opportunities*. Yale: Yale School of Forestry & Environmental Studies, 2002. 255p. ISBN: 09 70788223

[2] Mestrando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB – e pesquisador do Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

[3] GIDDENS, Anthony, PIERSON, Christopher. *O Sentido da Modernidade: Conversas com Anthony Giddens*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.73.

[4] LEIS, Hector Ricardo. *A Modernidade Insustentável: As Criticas do Ambientalismo à Sociedade Contemporânea*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Petrópolis: Vozes, 1999. 261p.

[5] Ver, por exemplo, como a Bíblia alude à separação da realidade em dois mundos – natural e social – distintos: *"E disse Deus: façamos o homem a nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a Terra, e sobre todo réptil que se move sobre a Terra"*. Cf. Gênesis, 26. Além disso: *"E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei toda a Terra, e sujeitai-a, e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todos animais que se movem sobre a Terra"*. Cf. Gênesis, 28.

[6] MISHAN, Ezra. *The costs of economic growth*. New York: Praeger, 1971, 190p; MEADOWS, Donella *et al*. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972; CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988; WHITE, Lynn Jr. Historical roots of our ecological crisis. In *Science*, v.155, p.1203-07, 1967.

mencionada por Giddens, que é a existência de instituições políticas, o que completa o panorama da crise ambiental, uma vez que tanto o Estado como o sistema internacional passam por modificações profundas desde o fim da Guerra Fria. O que fazer então quando a sociedade moderna passa por uma crise material e espiritual e a política assume contornos transnacionais e globais? Quais são as opções e oportunidades que se apresentam à humanidade em momento de crise?

O livro tem o intuito de auxiliar, ou melhor, como o próprio titulo sugere, fornecer alternativas a esta crise. Naturalmente, o escopo dos onze artigos que o compõem não é propiciar soluções para a referida crise material e espiritual da sociedade moderna, mas sim assinalar algumas opções e oportunidades políticas, administrativas e econômicas para amenizar os efeitos da crise ambiental global.

Todavia, a disposição de seus artigos não parece respeitar uma ordem ou idéia central, uma vez que seus textos sobre questões decorrentes da agenda ambiental global mesclam-se a outros, que são relativos a propostas de reestruturação das instituições globais ambientais. Tal fato é resultado da ausência de um artigo introdutório, que exalte tanto a tônica do livro quanto a extensão dos temas a serem abordados.

O primeiro texto já apresenta falhas ao pecar pela imprecisão conceitual – como transnacionalismo[7], governança global[8], agenda internacional-global[9], entre outros – e pela falta de caracterização dos atores que participam do processo de governança ambiental global. Estes só terão sua delimitação no quarto artigo. É inconcebível que um livro que utilize o conceito de governança global não traga consigo, no mínimo, uma discussão sobre mais aprofundada sobre o assunto.

Em linhas gerais, o livro calca-se na divergência existente entre o caráter global dos problemas ambientais e os contornos internacionais das soluções propostas. Neste espectro, a discussão de transnacionalismo e interdependência, ainda que ausentes no conteúdo dos artigos, seria extremamente relevante. Debate-se muito também a relativização da soberania estatal, outro tema que mereceria maior revisão teórica, com o intuito de demonstrar a inadequação das estruturas e canais tradicionais no sistema internacional para a solução das questões de meio ambiente.

Saliente-se que quase todos artigos tratam da importância da utilização de novos canais de comunicação e da inclusão de novos grupos tais como: redes transnacionais,[10] comunidades epistêmicas,[11] coalizões transnacionais,[12] entre outros. No entanto, somente o quarto capítulo esboça discussão acerca destes fenômenos, ao mencionar o papel da sociedade civil na política internacional, que, infelizmente, é analisada através das ONGs. Não há a abordagem de conceitos básicos, tais como sistema e sociedade internacionais[13], ordem internacional e mundial[14], política internacional[15], sociedade civil global[16], regimes internacionais[17],

---

[7] KEOHANE, R., NYE, J. *Transnational relations and world politics*. Cambridge: Harvard University, 1971.

[8] ROSENAU, James N., CZEMPIEL, Ernst-Otto, orgs. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

[9] WEISS, Thomas, FORSYHTE, David, COATE, Roger. *United Nations and changing world politics*. 2ª ed. Boulder: Westview , 1997.

[10] KECK, Margaret E, SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: Advocacy Networks in international politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

[11] HAAS, Peter. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, Massachusetts, v.46, n.1, 1992.

[12] RISSE-KAPPEN, Thomas, org. *Bringing transnational relations back in: Non-State actors, domestic structures and international institutions*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

[13] MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. 4ªed. New York: Knopf, 1971; WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979; ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, 928p.

[14] BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

[15] PORTER, Gareth, BROWN, Janet. *Global environmental politics*. Boulder: Westview, 1991.

[16] WAPNER, Paul. Politics beyond the State: environmental activism and world civic politics. *World Politics*, Baltimore, v.47, apr 1995, p.311-40.

[17] KRASNER, Stephen. *International Regimes*. 8ª ed. Ithaca: Cornell University, 1995.

organizações internacionais[18], organizações não governamentais[19] – há apenas a distinção por funções –, comunidades cientificas ou epistêmicas, redes transnacionais, entre outros. Pergunta-se como se podem debater e propor opções para incrementar a governança ambiental global – conceito que também não é definido, sem que, ao menos, se entendam e discutam os fenômenos que caracterizam a política internacional contemporânea.

Os pontos altos do livro são três artigos que propõem a reestruturação das políticas públicas globais ambientais – Charlotte Streck –, a criação de uma Organização Mundial Ambiental – Walley e Zissimos – e a concepção de um mecanismo global ambiental – Esty e Ivanova.

Além destes, destacar-se-iam, apesar de a abordagem poder ter sido mais refinada conceitualmente, a questão da falta de indicadores capazes de avaliar o progresso ou retrocesso tanto dos projetos quanto de outras iniciativas ambientais; a clivagem Norte-Sul que afeta tanto a determinação dos temas da agenda quanto a transferência de recursos, tecnologia e conhecimento; a falta de recursos não só do Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA), mas também de todo sistema ONU, fato mais evidenciado após a divulgação do *Millenium Gap*. Por último, o papel da sociedade civil pela ótica das ONGs na governança ambiental global;

Note-se que o modelo regional de cooperação ambiental na Ásia está fora da cadência e o relativo ao regime global de mudança climática é superficial, ao expor um debate ultrapassado[20]. O balanço final da presente obra é negativo, visto ser superficial para os especialistas do assunto, pouco esclarecedor para os novatos e naturalmente impreciso e incompleto para os estudantes e profissionais de relações internacionais.

---

[18] KRATOCHWIL, Friedrich, MANSFIELD, Edward. *International Organization: A Reader*. New York: Harper Collins, 1994, 386p.

[19] PRINCEN, Thomas, FINGER, Matthias. *Environmental NGO's and world politics: linking the local and the global*. London: Routledge, 1994.

[20] Infelizmente, bons livros de política internacional relativos à mudança do clima não são fáceis de se encontrar. Todavia, relacionem-se: GRUBB, Michael, VROLIJK, Christiaan, BRACK, Duncan. *The Kyoto Protocol: A Guide and Assessment*. London: The Royal Institute of International Affairs, 1999, 342p; PATERSON, Matthew. *Global Warming and Global Politics*. New York: Routledge, 1996, 238p.

Nota aos Autores de Livros e Editoras

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que produzem resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais
Boletim ***Via Mundi***
Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília – DF – 70910-970
Brasil

Free Trade Under Fire[*]

Débora da Costa Simões[**]

"Trade policy has been one of the most contentious areas of economic policy and is therefore the subject of a never-ending debate", p.228 [1]

Após as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelos países durante a década de 80, os anos 90 assistiram a um processo de retomada do crescimento econômico – principalmente por parte dos Estados Unidos; de expansão dos fluxos financeiros e comerciais; de refortalecimento do livre comércio no cenário global – materializado pela criação da Organização Mundial do Comércio – OMC; e de aumento da interdependência nos diversos campos das relações internacionais. Estes processos trouxeram consigo o incentivo à integração regional – North American Free Trade Agreement – NAFTA – e Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – e diversos benefícios à população, como o aumento da concorrência de bens e serviços e a conseqüente diminuição dos preços.

Entretanto estes benefícios não foram suficientes para impedir a emergência de questionamentos e críticas ao livre-comércio, principalmente por parte das organizações não governamentais – ONGs. À medida que o papel destas organizações ganhava relevância no cenário internacional, os movimentos e protestos antiliberalização cresciam nos diversos países do mundo, ao culpar o livre comércio pelo aumento do desemprego, degradação do meio ambiente e desigualdades sociais. O movimento 'protecionista' – se assim se pode caracterizar os que são contrários ao liberalismo – conquistou seu maior feito em Seattle (1999), onde milhares de pessoas protestaram veementemente contra a liberalização comercial promovida pela OMC, que, na ocasião, realizava Reunião Ministerial para estabelecer nova rodada de negociações.

Assim, a década de 90 coloca frente a um antigo dilema. Afinal, o livre-comércio proporciona ganhos ou perdas para os países? No presente livro, o autor, professor de Economia e defensor do livre mercado, busca esclarecer a controvérsia. Para tanto, baseando-se em evidências empíricas e tendo como referência teórica Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, ele responde aos críticos e desmistifica os principais argumentos 'protecionistas', dentre eles o pressuposto de que o comércio é responsável pelo desemprego.

Irwin não somente contesta de forma convincente o pressuposto acima mencionado, bem como procura comprovar, ao fundamentar-se no teorema de simetria de Lerner, que são as medidas protecionistas, de curto ou longo prazo, as que realmente prejudicam o nível de emprego na economia[2]

O teorema de simetria de Lerner afirma que qualquer restrição estabelecida sobre as importações também age como uma restrição às exportações. Irwin afirma que o comércio pode destruir empregos nos setores que competem com as exportações, mas os geraria em outros setores, principalmente no exportador.

No entanto, no decorrer da obra, ele tem a preocupação de afirmar que, na formulação da política comercial, mais do que resultados para economia como um todo, o que realmente está em jogo são interesses de determinados setores. Este fator

[*] IRWIN, Douglas A. *Free Trade Under Fire*. Princeton: Princeton, 2003, 228p. ISBN: 0-691-08843-8

[**] Bacharelanda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB

[1] IRWIN, op. cit., p.

[2] O teorema de simetria de Lerner afirma que qualquer restrição estabelecida sobre as importações também age como uma restrição às exportações. Irwin afirma que o comércio pode destruir empregos nos setores que competem com as exportações, mas os geraria em outros setores, principalmente no exportador.

faz com que, muitas vezes, medidas protecionistas continuem a ser adotadas em detrimento do bem-estar geral.

As diversas críticas direcionadas à OMC também são rebatidas pelo autor, que reconhece não ser perfeito o regime multilateral de comércio. Todavia, os argumentos de que a organização não se preocupa com questões ambientais ou sociais são inadequados por duas razões: questões laborais e ambientais não estão incluídas na sua competência administrativa; ela tem-se esforçado para esclarecer a relação destas questões com as regras do regime internacional do comércio. No caso do meio ambiente, especificamente, ela, através do Comitê de Comércio e Meio Ambiente, debate soluções para minimizar o potencial de conflito entre políticas comerciais e políticas ambientais.

A obra mostra de forma clara e simples as controvérsias relacionadas ao livre comércio e os diferentes interesses que entram em jogo na definição da política comercial. Apesar da análise se restringir ao exemplo norte-americano, os argumentos do autor estendem-se facilmente às outras economias.

O autor exercita uma defesa explícita do livre-comércio. Após sua leitura, a conclusão que se chega é a de que todos os malefícios atribuídos à liberalização advêm, na verdade, de políticas protecionistas, que beneficiam setores específicos da economia. Em suma, Irwin defende que nenhum país poderia ser prejudicado pelo livre-comércio.

Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais

Publicação digital trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – N^{os} 15/16 – Jan-Jun – 2004 – ISSN 1518-1227

Publicação digital de periodicidade trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, distribuída exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (http://www.relnet.com.br).

Redação: editoria@relnet.com.br